

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Costano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Irresponsabilidade: o perigo desta Constituinte.

O que mais se temia, desde que a Constituinte foi oficialmente convocada pelo presidente José Sarney, acabou acontecendo bem mais cedo do que se poderia imaginar: o desvirtuamento progressivo da discussão relativa à reorganização de nosso ordenamento jurídico, dada a disposição de muitos políticos, intelectuais e juristas em aproveitar a ocasião para se tornarem nacionalmente conhecidos, obtendo novas promoções em suas respectivas carreiras mediante a apresentação de um extenso elenco de medidas demagógicas, sugestões inexequíveis e propostas irrealistas.

O exemplo mais claro desse desvirtuamento tem sido dado pela dinâmica dos trabalhos da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, formada por 51 pessoas escolhidas, sabe-se lá com que critérios, pelo Palácio do Planalto. Criada no ano passado com a finalidade explícita de formular um roteiro para a reforma constitucional, ela encontra-se hoje inteiramente estilhaçada por enormes divergências pessoais e suspeições ideológicas entre seus integrantes. Como esperar, portanto, que essa gente seja capaz de escrever um texto dotado de um mínimo de organicidade, em condições de iluminar os trabalhos da Constituinte?

Incumbidos da responsabilidade de pensar uma nova estrutura jurídico-política para o País, em condições de fornecer o suporte institucional e legal necessário à consolidação de um regime democrático e pluralista, os membros da Comissão nomeada pelo governo federal nem sequer conseguiram entender-se para redigir seu próprio regimento interno. Como todas as reuniões plenárias foram desordenadas e tensas, com os mais variados e surpreendentes bate-bocas, até mesmo com a acusação de que seu presidente — o ex-senador Afonso Arinos — estaria interessado em impor um projeto estritamente pessoal, a estratégia temporizadora foi a de se criar diversas subcomissões. Deste modo — acreditavam os comissionados — cada um poderia apresentar suas idéias sem se preocupar em combater as propostas de seus rivais.

A inviabilidade dessa estratégia, contudo, não demorou para aparecer. Como coordenar e harmonizar os trabalhos de cada subcomissão? Os mais progressistas logo cerraram fileiras em torno do secretário-executivo da Comissão, o jornalista Mauro Santayana, indicado ainda quando o ex-presidente Tancredo Neves estava vivo. Os conservadores, por sua vez, conseguiram do presidente José Sarney a indicação de um secretário-geral, o professor Ney Prado. Como o primeiro sempre foi conhecido pelas suas posições bastante críticas a respeito do regime pós-64, tendo sido até exilado, ele passou a ser acusado de "esquerdista" pelos conservadores. E como o segundo lecionou na Escola Superior de Guerra, tendo sido também chefe da Divisão Política do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, ele imediatamente passou a ser rotulado de "reacionário" pelos progressistas.

O resultado não poderia ser outro: não há uma Comissão, mas, isto sim, duas; e certamente não teremos um único roteiro sobre a reforma constitucional, porém pelo menos dois. E o mais grave é que, enquanto as reuniões de cada grupo converteram-se em verdadeiras passarelas para que seus integrantes possam desfilarem suas ambições, suas vaidades e suas utopias, a classe parlamentar continua mantendo hostilidade aberta às sugestões que têm sido apresentadas pelos 51 eleitos pelo Palácio do Planalto. "Não vou perder meu tempo lendo a proposta da Comissão", disse o líder do PDT na Câmara dos Deputados, com o aval de colegas de outras agremiações. "Ela não decide pela Nação e não há nenhuma razão para que exista. A Comissão só tem importância para as elites e oligarquias, que querem uma Constituinte condicionada" — concluiu.

A declaração é dura e a carga ideológica que está por baixo dela é nítida. Mas o fracasso da equipe de juristas e especialistas indicados pelo presidente José Sarney também é público e notório. E é por isso, justamente, que não se pode encarar o desafio da Constituinte com o otimismo dos ingênuos e com o idealismo das donzelas. Mesmo porque, se 51 pessoas tidas como competentes em suas respectivas áreas de atuação profissional foram incapazes de chegar a um entendimento comum até mesmo no que se refere ao regimento interno de um grupo de trabalho, o que esperar de um plenário formado por 500 ou mais constituintes de competência ainda mais duvidosa? Em que medida a escolha livre e democrática dos futuros legisladores é, por si só, garantia da qualidade de seu trabalho? De que modo poderão eles impedir que a Constituinte venha a converter-se num repertório de ilusões e num estuário de desilusões, propiciando a criação de expectativas que jamais terão condições materiais de virem a ser atendidas num país com recursos materiais escassos como o Brasil? Ou pior, de que modo poderão impedir que a Constituinte venha a ser transformada na arma com que os radicais darão o tiro de misericórdia no que resta dos direitos individuais do cidadão brasileiro, institucionalizando a onipotência do Estado?

As sugestões até o momento apresentadas pelos integrantes da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais deixam claro que essas indagações têm um mínimo de fundamento. Uma delas, por exemplo, propõe que se igualem os homossexuais aos demais cidadãos, esquecendo-se de que a lei atual considera todos os brasileiros, independentemente de sua cor ou de suas inclinações sexuais, livres e iguais perante as instituições de direito. Outra estipula que os brasileiros "tenham tanto o direito à vida quanto o direito à morte digna", fundando tal pretensão em supostos princípios religiosos e procurando formular uma "nova visão jurídica da morte". Uma terceira sugestão reivindica o abono de seis horas semanais, por parte das empresas privadas, a fim de que seus empregados possam ir a cinemas, teatros, balês e museus, justificando a idéia no desejo de promover elevação dos padrões da cultura nacional e da criação de empregos na área de lazer...

Quanto à forma do regime político a ser adotada, ao controle institucional do papel do Estado, ao resgate do equilíbrio entre os poderes e à delimitação do alcance do poder de intervenção dos órgãos governamentais na vida particular de cada cidadão, temas fundamentais de qualquer Carta Magna digna desse nome — e foi este o motivo pelo qual o ex-presidente Tancredo Neves se comprometeu a convocar a Constituinte, com a finalidade de consolidar a Nova República pela retomada de nossa tradição jurídica liberal —, a Comissão até agora não chegou a conclusão nenhuma. O tempo que lhe sobra depois das discussões das propostas bizantinas como as que descrevemos acima é gasto em divagações sobre se devemos instituir o presidencialismo cameral à portuguesa, o parlamentarismo representativo à inglesa ou o presidencialismo puro à brasileira...

Mas nem todos as forças políticas que pretendem atuar nesta Constituinte estão flinando nessas alturas. Ao contrário, algumas têm reiterado o seu propósito de servir-se dela para a consecução dos seus desígnios ideológicos, aproveitando-se de tanta inconsciência. Particularmente entre os grupos mais radicais do nosso espectro político, existe uma consciência muito clara da oportunidade de ouro que uma reforma constitucional

feita num ambiente de tanta irresponsabilidade e incompetência oferece para sacramentar certas conquistas já obtidas no campo da definição institucional do que sejam as atribuições do Estado e os direitos dos cidadãos, e propiciar outras, decisivas e irreversíveis, sem que a maior parte da opinião pública ou dos outros constituintes do calibre destes que descrevemos sequer se dêem conta do que está acontecendo.

Esta é uma trágica realidade para a qual as forças democráticas deste país precisam, urgentemente, começar a se preparar para enfrentar.

ANC 88

Pasta Jan/Maio 86

028